

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO A PARTIR DOS ESTADOS DO MARANHÃO E PIAUÍ E ANÁLISE DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO MEC E CONSED

CONTEXTUALIZATION OF THE IMPLEMENTATION OF THE NEW HIGH  
EDUCATION FROM THE STATES OF MARANHÃO AND PIAUÍ AND ANALYSIS OF  
PUBLIC CONSULTATIONS BY MEC AND CONSED

Alice Elias de Souza<sup>1</sup>  
Ludymila Furtado Cantanhêde<sup>2</sup>

**RESUMO:** A implementação do Novo Ensino Médio teve como objetivo ampliar a formação educacional dos estudantes para além do conhecimento técnico. As principais mudanças ocorridas no ensino médio foi a diminuição da carga horária da Formação Geral Básica e a implementação dos Itinerários Formativos Integrados. Tais modificações geraram diferentes demandas para as redes estaduais e escolas. Diante disso, a reformulação do Novo Ensino Médio gerou divergências quanto à idealização e implementação de tal proposta. No entanto, também se observa fortes defensores da atualização e manutenção da reforma. Nesse contexto, este artigo teve como objetivo analisar as mudanças ocorridas com o Novo Ensino Médio em dois estados do nordeste (Maranhão e Piauí) e discutir as opiniões sobre essa nova implementação a partir das consultas públicas feitas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

1667

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio. Maranhão. Piauí.

**ABSTRACT:** The implementation of the New High School aimed to expand students educational training beyond technical knowledge. The main changes that occurred in secondary education were the reduction in the workload of Basic General Training and the implementation of the Integrated Training Itineraries. Such changes generated different demands for state networks and schools. Therefore, the reformulation of the New Secondary Education generated divergences regarding the idealization and implementation of such a proposal. However, there are also strong supporters of updating and maintaining the reform. In this context, this article aimed to analyze the changes that occurred with the New Secondary Education in two northeastern states (Maranhão and Piauí) and discuss opinions about this new implementation based on public consultations carried out by the Ministry of Education (MEC) and the Council National Education Secretaries (CONSED).

**Keywords:** New High School. Maranhão. Piauí.

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Docência com ênfase em educação básica- Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

<sup>2</sup> Pós-graduanda em Docência com ênfase em educação básica – Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

## INTRODUÇÃO

O currículo do Ensino Médio passou por significativas mudanças visando oferecer uma formação mais completa, diversificada e contextualizada com a realidade dos estudantes. Dentre as principais alterações do currículo Novo Ensino Médio (NEM) estão a ampliação das áreas de conhecimento, a inclusão de disciplinas eletivas, a valorização da formação integral e protagonismo dos alunos.

A estrutura do currículo anterior do Ensino médio é considerada rígida devido ao conjunto fixo de disciplinas que os estudantes cursavam no período de três anos. O objetivo do Novo Ensino Médio é romper com esse modelo tradicional, oferecendo um ensino voltado para os interesses e necessidades dos educandos, preparando-os para o mercado de trabalho, para a vida em sociedade e para os desafios do mundo contemporâneo.

Com o novo currículo a Formação Geral Básica (FGB) sofreu diminuição de carga horária devido à implementação dos Itinerários Formativos. Essa mudança teve como objetivo a oferta de um ensino personalizado, a profissionalização e inserção dos estudantes no mercado de trabalho, incentivo ao trabalho em equipe, a criatividade e liderança. No tocante à FGB, continuou a oferta de disciplinas tradicionais (Língua portuguesa, Matemática, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes e Língua Estrangeira Moderna) visando contemplar áreas de conhecimento tidas como essenciais à formação dos estudantes no ensino médio.

As formas diversificadas de itinerários formativos foram organizados e articuladas com as dimensões do trabalho, da ciência, tecnologia e cultura, definidas pela proposta de cada estado federativo e dos projetos político pedagógico de cada escola. No entanto, desde que foi lançada, são intensas e diversas as críticas em torno da reforma do Novo Ensino Médio (NEM).

Orientado pelo princípio constitucional da gestão democrática, o MEC instituiu uma consulta pública com objetivo de coletar subsídios para avaliar e reestruturar a Política Nacional do Ensino Médio. Diversos setores da sociedade, como professores, gestores escolares, estudantes, sindicatos e especialistas discutiram sobre os problemas históricos do Ensino Médio bem como o processo de implementação da reforma, apontando falhas e questionamentos acerca das mudanças no sistema educacional.

Com base nos resultados obtidos mediante a consulta, o MEC realizou modificações na proposta original visando construir um consenso acerca do novo currículo.

Dessa forma, este artigo teve como objetivo analisar as mudanças ocorridas com o Novo Ensino Médio nos estados do Maranhão e Piauí e discutir as possibilidades de mudanças dessa nova implementação a partir de dados e informações publicadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

## REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO MARANHÃO

A reformulação do ensino médio teve como base a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) e a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB Nº 3/2018, levando os estados brasileiros a atualizarem a matriz curricular do ensino médio. A proposta é que, através de um currículo contextualizado e fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a matriz contribuísse de forma mais ativa com a ampliação de aprendizagens essenciais na formação dos estudantes como atores críticos e protagonistas do meio social de maneira responsável (MEC, 2017a). A partir dessa necessidade a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (Seduc – MA) criou documentos educacionais e plano de ação (SEDUC, 2022) que direcionassem a implementação do novo ensino médio. Após escuta de professores, estudantes e da mobilização da comunidade escolar em geral, a Seduc deu início à trajetória de implementação do novo ensino médio no estado do Maranhão em 2020 através da seleção de 41 escolas piloto, sendo destas 28 escolas de tempo parcial e 13 escolas de tempo integral.

1669

Com base nas diretrizes nacionais foram elaborados dois documentos orientadores: Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), volume 1, Ensino Infantil e Fundamental em 2019 e o DCTMA, volume 2, do Ensino Médio em 2022 (SEDUC, 2022). Para complementar e auxiliar nessa implementação do novo currículo do ensino médio foram elaborados em 2022/2023 documentos auxiliares como: Caderno de Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Caderno de Orientações Pedagógicas para Modalidades e Diversidades Educacionais, Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos e Caderno de Gestão Pedagógica 2023. O DCTMA Vol. 2 ressalta os Itinerários Formativos devem estar necessariamente associados a uma abordagem inter e transdisciplinar, organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e as possibilidades dos sistemas de ensino.

O organizador curricular do Maranhão, a partir da reformulação, está dividido em duas partes principais: Formação Geral Básica (FGB) e a Parte Diversificada. A FGB é

composta pelas quatro áreas do conhecimento: Área de Matemática (Matemática), Área de Linguagem (Língua Portuguesa/Língua Indígena, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física), Área de Natureza (Biologia, Química e Física), Área de Humanas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia). A Parte Diversificada, por sua vez, é formada pelos Itinerários Formativos composta pelos componentes de Projeto de Vida, Tutoria, Eletivas de Base, Corresponsabilidade Social e Empreendedorismo, Pré-Itinerários Formativos, Aprofundamentos de Itinerários Formativos Integrados, Letramento de Língua Portuguesa, Letramento de Matemática e Cultura Espanhola e Hispano-Americana. Através desses componentes são trabalhados na escola diversos objetos de conhecimento em multifacetada aplicabilidade social, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à formação integral do cidadão (SEDUC, 2022).

**Quadro 1- Matriz curricular do Novo Ensino Médio no Maranhão das escolas regulares parciais**

<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>FORMAÇÃO GERAL BÁSICA</b>	<b>ÁREA DE MATEMÁTICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MATEMÁTICA</li> </ul>
		<b>ÁREA DE LINGUAGEM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INDÍGENA, LÍNGUA ESTRANGEIRA, ARTE, ED. FÍSICA.</li> </ul>
		<b>ÁREA DE NATUREZA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>BIOLOGIA, QUÍMICA, FÍSICA</li> </ul>
		<b>ÁREA DE HUMANAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>FILOSOFIA, SOCIOLOGIA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA</li> </ul>
	<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>	<b>ITINERÁRIOS FORMATIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PROJETO DE VIDA, TUTORIA, CORRESPONSABILIDADE SOCIAL, ELETIVAS DE BASE, PRÉ-IFS, LETRAMENTO EM MTM E LP, CULTURA ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA, APROFUNDAMENTOS DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS INTEGRADOS</li> </ul>

Fonte: Maranhão (2022)

A matriz curricular incentiva a propagação de informações verídicas, conhecimentos científicos e didáticos, instiga a promoção de discussões a partir das leis e documentos vigentes contribuindo para uma educação sem preconceitos, mais inclusiva e que dissemina a cultura de paz nas escolas.

No Maranhão, atualmente, estão em vigor 10 estruturas curriculares de acordo com as etapas e modalidade de ensino cada um com sua carga horária. São elas:

**Quadro 2- Carga horária da Formação Geral Básica (FGB) e Parte Diversificada das diversas modalidades na matriz curricular maranhense**

ORGANIZADOR CURRICULAR POR MODALIDADE DE ENSINO	CARGA HORÁRIA/ANO	
	FGB	PARTE DIVERSIFICADA
Ensino Médio - Regular - Tempo Parcial - Diurno:	720H	1200H
Ensino Médio - Regular - Tempo Parcial - Noturno	720H	1200H
Ensino Médio - Regular - Tempo Parcial - Escolas Militares	800H	1360H (1ª, 2ª séries) 1400H (3ª série)
Ensino Médio - Regular - Tempo Integral - Educa Mais	720H	1800H
Ensino Médio - Regular - Tempo Integral - Educa Mais - Quilombola	720H	1800H
Ensino Médio - Educação Escolar Quilombola	720H	1200H
Ensino Médio - Educação Indígena	720H	1200H
Ensino Médio - Educação Indígena - EJA	720H	1200H (1ª etapa) 960H (2ª etapa)
Ensino Médio - Educação do Campo	720H	1200H
Ensino Médio - EJA	680H	1000H

Fonte: Maranhão (2022)

## REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO PIAUÍ

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (Brasil, 2018) percebe a juventude sob a ótica da diversidade de identidades e experiências, reforçando o papel das escolas do ensino médio em contribuir para a formação de jovens críticos, autônomos e conscientes de sua atuação na sociedade. Partindo dessa perspectiva, o Currículo do Piauí para o Novo Ensino Médio (Brasil, 2021) preconiza que, considerando o contexto contemporâneo, o currículo para a etapa do ensino médio visa um modelo de educação pautado no exercício da cidadania, na promoção de uma sociedade justa e igualitária e no compromisso com o desenvolvimento social.

Nesse aspecto, ressalta que é preciso ressignificar o currículo com vistas a tornar o aprendizado significativo e alinhado às necessidades dos estudantes e que os preparem para os desafios da vida contemporânea.

Nesse contexto, a revisão do Currículo do Novo Ensino Médio piauiense se dá em decorrência da implementação do Novo Ensino Médio, em conformidade com os dispositivos legais, a Lei nº 13.415/2017 as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e a Resolução CEE/PI Nº 124/2020, que versa sobre as diretrizes curriculares e orientações para a implementação do Ensino Médio nas instituições do estado.

Aprovado pelo Parecer CEE/PI nº 048/2023 como currículo de referência para o sistema estadual de educação do Piauí, o novo currículo contou em seu processo de elaboração com a realização de consultas públicas, colaboração de docentes, gestores e especialistas, diálogos com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí (SINEPE-PI) e com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE-PI), encontros com parceiros da Educação Profissional (SEBRAE, SESI, AEFAPI, SENAI, SENAC), com Gerências Regionais de Educação (GRE s) e com instituições universitárias (UESPI, UFPI e IFPI). O currículo definido pela rede estadual tem como foco “o desenvolvimento de competências que garantam a formação humana e integral dos estudantes piauienses” (BRASIL, 2021, p.39).

O documento curricular está organizado em três Seções, sendo elas: I – Notas introdutórias, II– Formação Geral Básica, III – Itinerários formativos. Na seção I – Notas introdutórias, é feita a contextualização do Ensino Médio, apresentação da base conceitual e a arquitetura geral do currículo; A Seção II – Formação Geral Básica: áreas de conhecimento – se organiza em torno das quatro Áreas de Conhecimento: Linguagens e Suas Tecnologias, Matemática e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza e Suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; A seção III – Itinerários Formativos apresenta um itinerário específico para cada área de conhecimento e um Itinerário Formativo Integrado em torno de cada área.

**Quadro 3-** Distribuição da carga horária total para o Novo Ensino Médio

COMPOSIÇÃO	SÉRIE ANUAL		
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Formação Geral Básica	800 h	600 h	400 h
Itinerários formativos	200 h	400 h	600 h

Projeto de vida	80 h	40 h	40 h
Eletivas orientadas	120 h	80 h	120 h
Trilhas de Aprendizagem	Não se aplica	280 h	440 h

Fonte: Piauí (2021)

No tocante à implantação de escolas em regime de tempo integral, a SEDUC- PI, implantou inicialmente 40 (quarenta) Centros Estaduais de Tempo Integral, contando em 2020 com 96 (noventa e seis) escolas de tempo integral. O currículo do ensino médio de tempo integral do estado do Piauí é composto por componentes da BNCC e por partes diversificadas, incorporando projetos interdisciplinares e seus componentes eletivos.

## PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS NAS CONSULTAS PÚBLICAS

A consulta pública instituída pelo MEC utilizou diferentes instrumentos de diálogo com a sociedade, incluindo a participação de estudantes, educadores, gestores públicos dos sistemas de ensino, mantenedores das redes privadas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Foram realizados 12 webnários, 04 audiências públicas, reuniões de trabalho, encontro nacional de estudantes em Brasília- DF, consultas online e coleta de manifestações pela plataforma +Brasil, a qual contou com 11.024 respondentes. Após o período de consulta, o MEC divulgou o Sumário Executivo do Relatório da Consulta Pública (Brasil, 2023), apresentando os principais aspectos abordados na consulta bem como os núcleos de resultados:

**Carga horária-** Pontua-se a “posição majoritária de críticas à redução da carga horária na Formação Geral Básica para até 1.800 horas” (BRASIL, 2023, p.7).

**Organização curricular -** As maiores críticas centram-se no argumento de que o modelo de escolha com múltiplas possibilidades promoveu o detrimento do ensino de conteúdos básicos e fundamentais. Nesse aspecto, destaca-se a demanda por uma melhor definição dos itinerários formativos e por uma recomposição dos componentes curriculares no ensino médio.

**Educação Profissional e Tecnológica (EPT)-** Enfatiza-se o apelo da modalidade entre os estudantes e a demanda por maiores investimentos na articulação da EPT com o ensino médio e melhor definição da utilização do reconhecimento de notório saber como critério para alocação para docência.

**Infraestrutura-** As discussões e propostas apontam para uma demanda pela construção de uma política de investimentos articulada, unindo governo federal e governos estaduais, para disponibilizar recursos pedagógicos e tecnológicos e melhorar as estruturas existentes.

**Tempo Integral-** Na perspectiva de Hernandes (2020), transformar as escolas de ensino médio em tempo integral implica em diversas condições estruturais, como ampliação de salas de aula e espaços de convivência construção e/ou melhoria de refeitórios, laboratórios e oficinas, demandando, essencialmente melhores condições de trabalho docente. Nesse viés, a consulta abordou sobre a jornada em tempo integral, revelando expressiva preocupação com expansão da oferta e com as dificuldades para implementação relacionadas à infraestrutura das redes de ensino.

**Formação e valorização dos professores -** Ressalta-se a demanda pela revogação das atuais diretrizes curriculares para licenciaturas e a criação de um programa de formação continuada para professores e gestores que atuam no ensino médio.

**Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)-** Embora exista uma diversidade de posições, “a maioria dos participantes indicam a necessidade da priorização da Formação Geral Básica no exame” (BRASIL, 2023, p.9).

1674

**Equidade educacional, direitos humanos e participação democrática dos estudantes-** a consulta evidência a percepção de que a implementação do NEM trouxe um considerável aumento da desigualdade social, econômica, racial, étnica, de gênero, cultural e educacional. Por isso, a demanda por mecanismos que assegurem a inclusão e a equidade educacional.

**Distância a Distância (EaD)-** A consulta pública torna evidente a grande resistência da maioria dos participantes pela oferta da modalidade na etapa do ensino médio e apontamentos sobre possíveis exceções em face de necessidades específicas.

## PROPOSTAS DO MEC

Mediante um amplo conjunto de dados colhidos e sistematizados pelo MEC foi possível identificar alguns pontos críticos da reforma que expressam a necessidade de tomada de decisões para a política de ensino médio. O Sumário Executivo do Relatório da Consulta Pública (Brasil, 2023) aborda as seguintes propostas do MEC em relação à reforma do Ensino Médio, baseadas nos principais aspectos discutidos na consulta e nas demandas realizadas pelos participantes:



Recomposição da formação Geral Básica (FGB)- Diante as críticas à redução da carga horária na Formação Geral Básica, o MEC propôs a recomposição da carga horária destinada à FGB para 2.400 horas, podendo haver exceção na oferta de cursos técnicos.

Componentes curriculares- A proposta do MEC visa definir os componentes curriculares cujos saberes precisam ser contemplados na oferta das áreas de conhecimento, sugerindo o espanhol (alternativamente), arte, educação física, literatura, história, sociologia, filosofia, geografia, química, física, biologia e educação digital passe a figurar na composição da FGB.

Itinerários formativos- Diante da necessidade de maior clareza e orientação acerca dos itinerários formativos (agora denominados percursos de aprofundamento e integração de estudos), o MEC propôs a redução de cinco para três: Linguagens, matemática e ciências da natureza, Linguagens, matemática e ciências humanas e sociais, Formação técnica e profissional.

EaD- Perante a resistência da maioria pela oferta da modalidade, o MEC vedou o uso da Educação à Distância na Formação Geral Básica, autorizando do uso de até 20% na oferta para a Educação Profissional e Tecnológica, sem prejuízo de previsão excepcional para situações específicas.

Profissionais docentes- No contexto da demanda pela revogação das atuais diretrizes curriculares para licenciaturas e a criação de uma programa de formação continuada para professores e gestores do ensino médio, o MEC propôs a elaboração em um conjunto com os sistemas de ensino, de documento orientador do reconhecimento de notório saber para atuação no ensino médio com ênfase na formação técnica e profissional.

Formato do ENEM- De acordo o MEC, o Enem 2024 ficará circunscrito à FGB e seu formato para os anos seguintes objeto de debate com a sociedade.

As modificações realizadas pelo MEC após as críticas à nova reforma do Ensino Médio evidenciam a importância da escuta atenta às demandas da sociedade e afirmam a necessidade de diálogo e da participação de todos os envolvidos no processo de construção de políticas públicas educacionais.

## PROPOSTAS DO CONSED

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) é formado pelos secretários de educação dos Estados e do Distrito Federal e tem como objetivo facilitar a participação dos estados na construção das políticas nacionais de educação. O CONSED

organizou 12 núcleos de consultas públicas para análise e reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio com o objetivo de acompanhar e analisar a implementação do Novo Ensino Médio no país.

O resultado da análise feita pelo Consed detecta nos estados o aumento da contratação de mais professores, além de ampliação da carga horária na mesma escola, decorrido pelo aumento da carga horária nacional e melhora do indicador do esforço docente, inclusive o Maranhão com 13% de aumento (Censo da educação básica - INEP, 2022). As redes estaduais avançaram na construção dos seus Itinerários Formativos: 302 Aprofundamentos Curriculares Propedêuticos, criados com base curricular, com utilização dos 4 eixos estruturantes (Portaria 1432/2018), com os referenciais curriculares e temas integradores.

A Implementação do Novo Ensino Médio foi analisada por Andressa Rocha através de uma ferramenta criada pela própria pesquisadora que classificou a implementação em 4 níveis de acordo com os parâmetros desenvolvidos. A pesquisa foi realizada em duas rodadas: primeira de setembro de 2021 a fevereiro de 2022 (23 UFs participantes) e segunda rodada de dezembro de 2022 a junho de 2023 (18 UFs participantes). De acordo com os padrões propostos pela pesquisa, em 2022, nenhuma UF encontra-se no estágio inicial de implementação, nível 1 de implementação, demonstrando que os estados se encontram em atividade para o funcionamento do Novo Ensino Médio. Além disso, a implementação demandou altos investimentos financeiros pelas redes estaduais e sua revogação acarretaria em grande desperdício do dinheiro público. Nesse sentido, o CONSED reafirma que a revogação do Novo Ensino Médio não é a melhor opção para avanços na educação brasileira, a partir dos princípios que inicialmente se julgou necessária: a atualização da forma de ensinar e aprender, bem como a geração de uma educação mais participativa e prática na realidade dos estudantes em todas as áreas (social, política e econômica).

1676

## IMPACTOS DAS MODIFICAÇÕES DO NOVO ENSINO MÉDIO

As alterações propostas pelo Ministério da Educação (MEC) para o Novo Ensino Médio têm gerado muitos debates e discussões na sociedade. Essas mudanças visam uma reformulação no currículo anterior, trazendo novas medidas para formação integral dos estudantes. No entanto, é importante analisar os impactos que essas alterações podem provocar no âmbito educacional.

No que concerne ao aumento da carga horária da FGB para 2.400 horas a proposta permitirá uma maior dedicação e aprofundamento nas disciplinas fundamentais para a formação geral dos estudantes, possibilitando um melhor desenvolvimento de habilidades e competências essenciais. Além disso, com a recomposição da carga horária, torna-se possível aos alunos dedicar mais tempo para atividades práticas que envolvam a experimentação e vivências reais, mediante as quais possam relacionar os conteúdos estudados com situações do cotidiano, promovendo uma compreensão mais profunda dos conceitos abordados em sala de aula.

Também é importante enfatizar que a recomposição da carga horária amplia as possibilidades de trabalhar temas transversais, contribuindo para desenvolver nos alunos a consciência social e participativa e a formação de valores e habilidades necessárias para uma atuação responsável na sociedade.

Em contrapartida, essa proposta encontra muitas barreiras na realidade educacional pública brasileira, uma vez que conforme aponta Patto (2007), a situação das escolas públicas é historicamente de precariedade, acentuada principalmente pela desvalorização dos educadores. Corroborando com esse pensamento, Hernandes (2020) pontua a necessidade de uma política de financiamento que garanta melhores condições de infraestrutura escolar, disponibilização de recursos e materiais atualizados e capacitação de docentes para atuarem com uma abordagem pedagógica e metodológica adequada ao aumento da carga horária. Sem política de financiamento, as escolas terão que financiar a ampliação da carga horária, remuneração dos professores e outras demandas advindas do novo currículo do ensino médio com os mesmos recursos atualmente existentes, o que pode aumentar a precariedade da educação básica no país.

1677

Outra proposta do MEC em relação ao Novo Ensino Médio, trata da redução dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio (NEM) de cinco para três, visando simplificar o currículo do ensino médio e garantir o desenvolvimento de habilidades mais amplas. Um dos principais impactos dessa redução é a possibilidade de um ensino médio mais contextualizado e alinhado com as demandas e desafios do mundo atual.

O MEC também propõe uma nova abordagem para o reconhecimento de notório saber no ensino médio. De acordo a lei nº 13.415 (Brasil, 2017, *online*) é permitido aos sistemas de ensino:

[...] a contratação de profissionais graduados que tenham notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação

específica ou prática de ensino em unidades da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado (BRASIL, 2017).

A proposta do MEC objetiva trabalhar em conjunto com os sistemas de ensino para elaborar um documento orientador, visando garantir critérios claros para o reconhecimento de notório saber e conferir transparência a esse processo. No entanto, conforme aponta Hernandez (2020), a possibilidade de contratação de profissionais de notório saber na escola, cujo conhecimento será atestado pelos sistemas de ensino, segue na contramão da valorização da formação e trabalho docente, contrariando o que o artigo 62 da LDBEN, que determina que para atuar no ensino médio, os docentes devem ser formados em cursos de licenciaturas. O autor defende ainda que esse pode ser mais um mecanismo para que os sistemas de ensino possam ampliar a carga horária e realizar as inovações de seus currículos, sem a necessidade de dispor de novos recursos para isso.

O MEC também apresenta a proposta inovadora que visa definir os componentes curriculares cujos saberes precisam ser contemplados na oferta das áreas de conhecimento no novo ensino médio. Conforme Bacich e Moran (2018), um currículo flexível oportuniza o protagonismo estudantil e possibilita ao aluno personalizar seu percurso de aprendizado de acordo suas necessidades. Nessa acepção, a proposta do MEC promove uma maior flexibilidade na escolha dos componentes curriculares pelos estudantes, de acordo com seus interesses e aptidões, permitindo assim uma maior personalização do ensino e oportunizando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para lidar com os desafios do mundo contemporâneo.

1678

A proposta que visa vedar o uso da Educação à Distância (EaD) na Formação Geral Básica, permitindo sua utilização em até 20% na oferta para a Educação Profissional e Tecnológica no novo ensino médio é também uma das propostas do MEC que desperta discussões e opiniões divergentes. Sobre o uso da EaD no Ensino Médio, a DCNEM determina que

As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico- digital ou não – e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento /coordenação docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno (BRASIL, 2018a, p.11).

O Sumário executivo do relatório da consulta pública pontua alguns posicionamentos favoráveis ao uso da EaD, embasados no argumento de que essa modalidade de ensino possibilita maior flexibilidade de tempo e espaço e favorece o acesso

à educação por estudantes que se encontram geograficamente distante das instituições de ensino. Diante disso, é fundamental que sejam realizados estudos mais aprofundados sobre o uso da EaD no ensino médio, levando em consideração os aspectos positivos dessa proposta e também suas possíveis limitações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto significativo da reforma do Novo Ensino Médio trata da formação docente. A nova estrutura do NEM demanda uma sólida preparação para lidar com um currículo flexível, o que implica em uma formação docente voltada para a adequada orientação dos discentes nas escolhas das disciplinas de interesse bem como para a elaboração de estratégias pedagógicas que visem a valorização do protagonismo estudantil, entre outros aspectos. Desse modo, faz-se pertinente destacar a importância de se destinar recursos suficientes para adequação e modernização da infraestrutura escolar, aquisição de materiais pedagógicos atualizados e capacitação dos educadores.

A flexibilização do currículo também configura um desafio à implementação da reforma. Nesse aspecto, torna-se essencial a elaboração de um plano de gestão escolar que atenda as demandas dos estudantes quanto à personalização de seus estudos e, concomitantemente forneça uma base sólida de conhecimento nas áreas consideradas obrigatórias. Com isso, é necessário dispor de suporte e capacitação aos gestores escolares para que estejam adequadamente preparados para acompanhar e monitorar as mudanças propostas, assegurando aos professores igual suporte para que o novo currículo seja efetivamente implementado.

A implementação das mudanças propostas pelo MEC em relação ao novo ensino médio também pode enfrentar desafios no que se refere às disparidades entre os estados brasileiros, uma vez que nem todos dispõem de recursos financeiros suficientes para atender às demandas advindas da reforma, o que pode resultar no agravamento da desigualdade educacional no país.

A ausência de articulação entre os diferentes níveis de governo também consiste em uma barreira considerável, uma vez essa articulação é essencial para a implementação de políticas educacionais efetivas. Nesse aspecto, é fundamental que haja um melhor alinhamento entre as políticas federais, estaduais e municipais, de modo a garantir uma implementação integrada do novo currículo.

Faz-se oportuno também salientar a necessidade de efetivação de uma política de acompanhamento e avaliação da reforma do Ensino Médio, visando o monitoramento de resultados e, conseqüentemente, a melhoria contínua do processo educativo.

Frente a esses aspectos, infere-se que o principal desafio para implementação do Novo Ensino Médio refere-se a ausência de uma política de financiamento adequada, uma vez que muitas instituições escolares não dispõem de recursos suficientes para oferecer uma educação de qualidade, tal como preconiza a reforma.

Para a que a nova reforma do Ensino Médio seja efetivamente implementada nas escolas, é fundamental garantir investimentos em infraestrutura escolar, disponibilização de recursos e materiais pedagógicos atualizados, formação continuada dos educadores, valorização docente, diálogo e participação da sociedade.

Mediante essas considerações, depreende-se que para alterar de fato o ensino médio ofertado atualmente nas escolas brasileiras e alcançar uma educação de qualidade, é necessária uma política de financiamento bem estruturada bem como um conjunto articulado de ações com vistas ao enfrentamento e superação das desigualdades educacionais que caracterizam o atual contexto da reforma do Novo Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso Editora, 2018. Disponível em: [metodologias-ativas-para-uma-educacao-inovadora-uma-abordagem-teorico-pratica-lilian-bacich-jose-moran.pdf](#). Acesso em 12 de set. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em jun. de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (3ª versão)**. Brasília, 2017a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Acesso em 02 de jun. de 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 2017b. Acesso em 02 de jun. De 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio Brasília, MEC: 2018 a p.01-16. Disponível em:

[http://portal.MEC.gov.br/index.php?=com\\_docman&view=download&alias=102481-rce003-18&category\\_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.MEC.gov.br/index.php?=com_docman&view=download&alias=102481-rce003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em 10 jul. de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 399**, de 08 de março de 2023. Institui a consulta Pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, Brasília, DF, 2023. Disponível em <https://www.gov.br>. Acesso em 13 de set. de 2023.

CEE/PI. Secretaria de Estado de Educação do Piauí. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 048**, de 03 de setembro de 2021. Aprova o Currículo do Piauí como currículo de referência para os sistemas de ensino do estado. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, PI. de 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Piauí. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 124**, de 19 de junho de 2020. Versa sobre as diretrizes curriculares e orientações para a implementação Ensino Médio no estado do Piauí. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, PI. Acesso em 16 de nov. de 2023.

HERNANDES, Paulo Romualdo. **A lei nº 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do ensino médio**. Universidade Federal de Alfenas, MG, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-4036202000280226>. Acesso em 03 de out. de 2023.

PATTO, M.H. Escolas cheias, cadeias vazias: notas sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.61, p.243-266, set./dez.2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300016>. Acesso em 18 de nov. de 2023.

1681

SEDUC- MA. Secretaria de Estado de Educação do Maranhão. **Documento Curricular do Território Maranhense: Ensino Médio**. Vol. 2. São Luís: [s.n.], 2022.

SEDUC-PI. Secretaria de Estado de Educação do Piauí. **Currículo do Piauí: Novo Ensino Médio**. Caderno 01, Teresina, PI, 2021. Disponível em <https://www.seduc.pi.gov.br>. Acesso em 17 de jul. de 2023.